



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## AS INTERFACES DE GÊNERO E RAÇA. O QUE NOS REVELAM AS MEMÓRIAS DE NEGRAS E NEGROS

RUTE RODRIGUES DOS REIS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUCSP

rute.reis@yahoo.com.br

O lugar das mulheres na sociedade Ocidental foi marcado, historicamente, pelo silêncio que a elas era imputado, refletido também na ausência de registros históricos. Confinadas ao silêncio, as mulheres inscrevem-se nele como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda que codifica sua aparência, roupas e cuidados, principalmente para as mulheres burguesas, a fim de significar a fortuna e posição do marido.

Os arquivos privados foram e têm sido considerados fontes essenciais, na medida em que as mulheres se expressam muito neles de forma muito mais efusiva. Pelo fato de serem secretárias da família, elas foram produtoras desses arquivos. Livros de anotações, correspondências familiares, diários íntimos (prática recomendada às moças por seus confessores e, mais tarde, por seus pedagogos) como um meio de controle de si mesmas constituem um abrigo para os escritos das mulheres. Assim como a escrita, a leitura era elemento proibido.

Essa história é encoberta por uma espessa mortalha tecida pelo desejo e pelo medo dos homens. No século XIX, a mulher está no centro de um discurso abundante, repetitivo, obsessivo, amplamente fantasioso, que toma emprestado aos elementos as suas dimensões.

Segundo a historiografia, no século XIX a bibliografia é uma atividade masculina. As mulheres se retraem em matérias mais humilde, compreendidas como ninharia, presentes recebidos em um aniversário ou festa. Bibelôs trazidos de uma viagem preenchem vitrines, definidas por Perrot (2005) como “*pequenos museus da lembrança feminina*”, como os estojos, as caixinhas e medalhões em que elas guardam seus tesouros: mechas de cabelo, flores secas, jóias de família, miniaturas, depositários de lembranças e emoções.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

No Brasil do século XIX, presenciamos o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível.

Nesses lugares, a ideia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos “outros”. A mulher de elite passou a marcar presença nos cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre – “a convivência social dá mais liberalidade às emoções” , não somente o marido ou o pai vigiavam seus passos, mas sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade.

Dessa dependência mitificada, o rico comerciante ou o profissional liberal, o grande proprietário investidor ou o alto funcionário do governo, todos passam a depender das mulheres no que tange ao sucesso da família, seja em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, ou em empurrar o status do grupo familiar para cima.

A qualidade dos sentimentos também passou por transformações importantes no século XIX. Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com marido e filhos.

O costume da vigilância e do controle exercido sobre as mulheres e seu posterior afrouxamento no decorrer do século XIX, com a ascensão dos valores burgueses, estavam condicionados ao sistema de casamento por interesse. O afrouxamento da vigilância e do controle sobre os movimentos femininos foi possível porque as próprias pessoas, especialmente as mulheres, passaram a se autovigiar. Aprenderam a se comportar. Ao passo que garantir a virgindade, que esse era um dispositivo para manter o status da noiva como objeto de valor econômico e político, era sustentar o sistema de herança da propriedade que garantia linhagem da parentela.

Quanto às mulheres do povo, fala-se delas somente quando seus murmúrios inquietam as estruturas sociais, e quando essas ameaçam subverter com violência.

O século XIX levou à divisão das tarefas e à segregação sexual dos espaços a seu ponto máximo, em que o lugar das mulheres, restrito à maternidade e ao lar a delimitam totalmente. A



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

participação no trabalho assalariado é temporária, ritmada pelas necessidades da família, que a comanda. A mulher é remunerada com um salário complementar, condicionada às tarefas chamadas não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas.

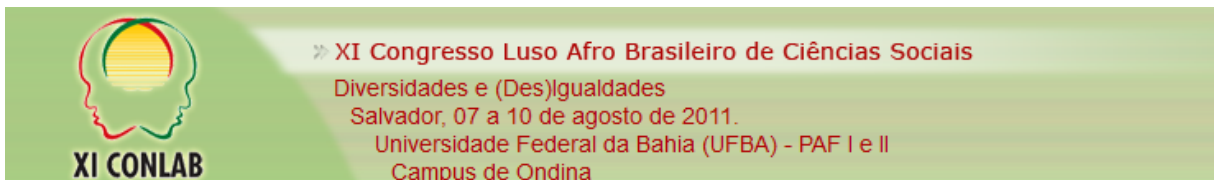
Diferentemente da “fazendeira” (rural) e da “patroa” (burguesa), a dona-de-casa é, na cidade do século XIX, um tipo de mulher importante e relativamente recente. Sua relevância está ligada à importância fundamental da família, velha realidade investida de múltiplas missões, entre quais a gestão da vida cotidiana. Sua novidade reside em sua vocação quase exclusiva para os “trabalhadores domésticos”, no sentido mais amplo do termo. A unidade de lugar, associando em um mesmo espaço domicílio e trabalho, produção e consumo, é favorável a essa alternância, de resto, limitada. Por outro lado, o chefe da família é o homem. O “dono-de-casa” – o termo cunhado no século XVI – designa o chefe dessa empresa que é família (Perrot, 2005, p. 201).

Nas revoltas, as mulheres intervêm coletivamente. Jamais armadas, é com seus corpos que elas lutam, com o rosto descoberto, as mãos para a frente. Mas, sobretudo, elas usam sua voz, que soa nas multidões famintas.

O que é recusado às mulheres é a palavra pública. Sobre ela pesa uma dupla proibição, cidadã e religiosa. No entanto, elas são o coro da cidade. Requisitadas, elas aclamam os heróis, lamentam-se nos cortejos fúnebres; mas sempre em grupo anônimos e não como uma pessoa singular.

A mulher do povo tem mais independência gestual. Seu corpo continua livre, sem espartilho, suas amplas saias prestam-se à fraude, em que as mulheres simulavam a gravidez para passar sal sob o nariz dos guardas da alfândega de pagamento de imposto; a dona-de-casa com os cabelos à mostra, essa mulher é um artigo inflamável cujas reações são temidas pelas autoridades, e que devem ser controladas:

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, grande parte do proletariado é constituído por mulheres e crianças. Apesar das muitas greves e mobilizações políticas que realizaram contra a exploração do trabalho nos estabelecimentos fabris entre 1890 e 1930, as operárias foram, na grande maioria das vezes, descritas como “mocinhas infelizes e frágeis”, desprotegidas e emocionalmente vulneráveis aos olhos da sociedade. Segundo Margareth Rago (2002) em *Trabalho feminino e sexualidade*, as mulheres eram vistas como *Frágeis e infelizes para os*



*jornalistas, perigosas e ‘indesejáveis’ para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e “degeneradas” para os médicos e juristas, as trabalhadoras eram percebidas de vários modos. (p. 579).*

A maior parte da documentação disponível sobre o universo fabril foi produzida por autoridades públicas, como médicos higienistas, responsáveis também pela definição dos códigos normativos de conduta, por policiais, responsáveis pela segurança pública; por industriais, receosos das mobilizações operárias e por militantes anarquistas, socialistas e posteriormente, comunistas, preocupados em organizar e conscientizar politicamente o proletariado. Isso significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual.

Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal. Um expressão do trabalho feminino branco, composto por povos de diversas origens européia, contingente parte do processo de imigração incentivado pelo governo brasileiro, com a abolição da escravatura.

Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos, que não se limitavam ao processo de produção, começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado, no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões.

Após a abolição, as mulheres negras dos escravos continuaram trabalhando nos setores mais desqualificados, recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento, questão de que trataremos minuciosamente no próximo item.

Segundo Rago (2002), os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas, e suas fotos não se encontram nos jornais de grande circulação do período.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Contrastando com o texto das notícias que relatavam crimes passionais ou “batidas policiais” nos bordéis e casas de tolerância, nos jornais, as fotos ilustrativas revelavam meretrizes brancas, finas e elegantes, lembrando muitas vezes as atrizes famosas da época.

Usavam todos os recursos de uma farmacopéia multissecular, conhecem cem maneiras de aliviar as pequenas dores cotidianas que deixam tantas vezes a medicina erudita desarmada. Os “remédios de mulheres” revelam uma possibilidade real ao sofrimento do povo, mas também em conservar sua autonomia corporal. Dissonante em relação ao discurso do progresso, ela é perigosa não somente por ser sempre suscetível de alimentar uma resistência, mas ainda mais por manter na dissidência aos olhos do poder.

### **Os tabuleiros que fizeram história.**

#### **A construção do feminino negro no Brasil**

Apesar de a mulher negra fazer parte de um universo em que ela pode ser definida como “mulher popular”, cabe ressaltar as condições vivenciadas por ela numa sociedade que conjuga exclusão social e racismo.

No Brasil, a colonização absorveu aproximadamente quatro milhões de homens e mulheres, de diversas populações africanas para exercerem múltiplas atividades e funções na construção de cada região do país.

As africanas desempenharam os mais diferentes papéis, desde de tarefas domésticas até a lida diária nas terras. No interior das casas-grandes, preparavam a comida, lavavam e efetuavam todos os afazeres cotidianos para as famílias escravocratas. Em todas as atividades havia a presença da mulher escravizada.

Como extensamente ilustrado na iconografia, dos primeiros quatro séculos, essas mulheres de origem africana remontaram na diáspora o universo de “cores, sons, mistérios, aromas e sabores que guardavam na memória” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 61).

As vendadeiras constituíam um grupo bastante heterogêneo que, no dia-a-dia, circulavam e apropriavam-se dos espaços urbanos, quase sempre criando rimas e equilibrando seus tabuleiros, gamelas e cestos sobre a cabeça. As mulheres livres e libertas, presenças mais



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

numerosas no vaivém desse comércio, experimentavam uma situação diferente daquelas escravizadas, pois não sofriam interferências em seus negócios e nos resultados dos produtos comercializados (Ibid., p. 62).

Seu papel econômico era fundamental, transformavam-se assim em única ou a mais importante fonte de renda das famílias de pequenos produtores que habitavam nos núcleos urbanos do Brasil escravista. Conseguindo inclusive ao final da jornada ou da semana de trabalho nas ruas e mercados, pagar ao “senhor” o valor previamente estipulado pelos produtos, guardar a quantia necessária para comprar sua própria alforria como a de seus filhos e companheiros.

Para além do aspecto econômico, o cotidiano das “ganhadeiras” significava também a possibilidade concreta de se manterem distantes dos rígidos controles e vigilâncias senhoriais, através destes serviços alcançavam uma relativa liberdade de ir e vir, quando e para onde queriam.

Essas mulheres eram vistas como um grande perigo e ameaça pelas autoridades escravocratas, por terem liberdade de circulação, representavam elo de integração, resistência e comunicação das relações da população negra. Espalhadas por regiões estratégicas das cidades, elas percorriam ruas e vielas não só anunciando os mais variados produtos, mas também propalando ideias.

Ao estudar os mundos femininos nas primeiras décadas da República, na cidade de Salvador, Alberto Heráclito Ferreira Filho (2003) identifica elementos presentes naquela realidade, também presentes em São Paulo e Rio de Janeiro no que tange à presença da mulher negra no mercado de trabalho.

O preparo de muitas iguarias para a mercância, antes de a matéria-prima ser beneficiada pela indústria, demandava esforços e conhecimentos particulares, e eram transmitidos como segredos cochichados de geração em geração por uma legião de parentas, comadres e amigas. O milho e o arroz do mingau, depois de bem catados, eram moídos numa pedra retangular com a superfície marcada por sulcos e uma “mão” – a peça suplementar que favorecia o atrito, também de pedra e de formato roliço (FILHO, 2003, p. 44).

As mulheres negras comercializavam o acarajé ou abará – bolinhos feitos de feijão – em folhas novas de bananeira.

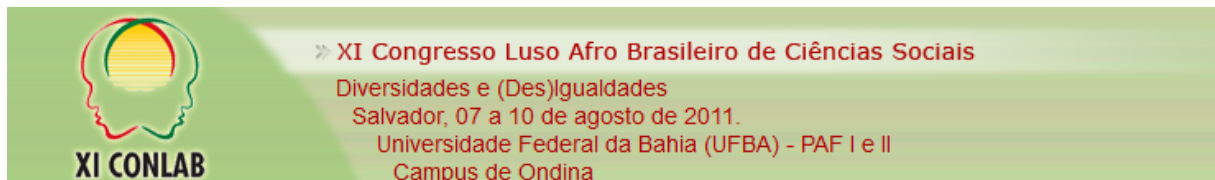


» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Heráclito Filho destaca o fato de que o trabalho feminino é incorporado no Candomblé em sua estratégia de sobrevivência, uma vez que prescrevia que as atividades de ganho fossem diversificadas como forma de as filhas-de-santo arranjam dinheiro para o cumprimento das obrigações rituais. De acordo com o orixá, a atividade variava. Assim, as filhas de Iansã e Xangô vendiam acarajé; as de Ogum, vísceras de boi; as de Omolu, sarapatel e moqueca de peixe. Já Oxalufã, Oxaguiã e Oxalá prescreviam o acaçá, o cuzcuz, o mingau e a cocada branca, e Oxum a venda dos doces.

O trabalho doméstico, outro espaço fortemente marcado pela presença dessas mulheres, era atividade de quatro de ou cinco mulheres que declaram profissão. Esse trabalho constituía-se no mais aviltante, visto ser o que mais diretamente evocava a ascendência da antiga realidade do escravismo urbano. Essa atividade se iniciava com meninas da mais tenra idade, para que elas fossem aprendendo o ofício. Chamadas de “catarinhas”, essas meninas tinham de aprender a cozinhar, lavar, arrumar, engomar, raciocinar como pessoa adulta, ter língua freada e jamais se lembrar de que eram crianças.

A participação dessas mulheres em revoltas começam a ter destaque nas análises do período. Em 1823, por volta dos seus 20 anos, Maria Felipe de Oliveira liderou cerca de quatro dezenas de mulheres, conhecidas como “vedetes”, homens e índios na queima de quarenta e duas embarcações portuguesas de guerra que estavam aportadas na Praia do Convento, em Salvador. No Rio de Janeiro, na cidade de Vassouras, foram presos 21 escravizados e um grande número de mulheres, no qual se destacava Mariana Crioula, mucama e costureira, que assumiu a liderança do quilombo das montanhas da Mantiqueira. Em 1835, tia Ana mobilizou outros cativos para um dos levantes do Ceará, ocorrido numa propriedade no município de Viçosa, onde a propriedade foi saqueada e incendiada. A destruição foi tamanha que seu proprietário se enforcou, de desespero. Sem dúvida, o levante mais conhecido na historiografia, com participação feminina, foi a Revolta dos Malês. A figura mais emblemática foi Luiza Mahin, quitandeira que se dizia princesa africana da região hoje conhecida como Benin. Como quitandeira, tinha grande mobilidade e conhecia as vielas de Salvador. “O fato de dominar o funcionamento das ruas tornava relativamente fácil sua atuação como articuladora dos revoltosos, trocando bilhetes entre



eles, sob a proteção de crianças que, a pretexto de comprar suas iguarias, ajudavam na missão (SCHUMAHER; BRAZIL, p. 95).

Segundo os dados do período apresentados por Schumacher e Brazil (2007), correspondente ao censo de 1849, havia na capital do Império 6.042 libertas (56%) para 4.690 libertos (44%). Esses dados estavam relacionados a vários fatores, entre eles o fato de as mulheres mais velhas custarem menos que os homens e que necessitava de menos dinheiro para a compra da alforria, mesmo que tivessem que trabalhar muito mais devido à desvalorização do seu trabalho.

Essas mulheres inventaram, recriaram e experimentaram em seus afazeres cotidianos, nas ruas, nas matas, senzalas, casas-grande e tribunais, diferentes maneiras de sentir e imprimir outros significados para a palavra liberdade e das lutas empreendidas para consegui-la.

### **Do masculino às masculinidades: contornos dissonantes**

Robert Connell (1995) apresenta o debate sobre a masculinidade, entendendo que esse não é um objeto isolado, mas sim um aspecto de uma estrutura maior. Adverte que todas as sociedades contam com registros culturais de gênero, porém nem todos têm o conceito de masculinidade, só recentemente entendida com questão relevante.

Mais produtiva do que um contrato abstrato de masculinidade e feminilidade, a masculinidade é o lugar da autoridade simbólica. O falo é a propriedade significativa da masculinidade e a feminilidade é simbolicamente definida pela carência desses. Tal definição tem sido “útil” nas análises culturais, já que escapa da arbitrariedade do essencialismo, e dos paradoxos das definições positivistas e normativas.

Aqui é necessário abarcar a ampla gama de tópicos acerca da masculinidade, outras formas de expressar as relações, o lugar com correspondência de gênero na produção e no consumo, ou instituições e lugares nas lutas sociais e militares.

O que se pode generalizar é o princípio de conexão. A ideia que um símbolo pode ser entendido só dentro de um sistema conectado se aplica igualmente bem em outras esferas. Nenhuma masculinidade surge, exceto em um sistema de relações de gênero. Nas palavras de Connell,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

En lugar de intentar definir la masculinidade como un objeto (un carácter de tipo natural, una conducta promedio, una norma), necesitamos centrarnos en los procesos y relaciones por medio de los cuales los hombres y mujeres llevan vidas imbuidas en el género. La masculinidad, si se puede definir brevemente, es al mismo tiempo la posición en las relaciones de género, las prácticas por las cuales los hombres y mujeres se comprometen con esa posición de género, y los efectos de estas prácticas en la experiencia corporal, en la personalidad y en la cultura (1995, p. 6).

Assim, o que o discurso mítico professa os ritos de instituições realizam da forma mais insidiosa, sem dúvida, porém mais eficaz simbolicamente. Eles se inscrevem na série de operações de diferenciação visando a destacar em cada agente os signos exteriores mais imediatamente conformes à definição social de sua distinção sexual. Ou para estimular as práticas que convêm a seu sexo, proibindo ou desencorajando as condutas impróprias, sobretudo na relação com o outro sexo. Exemplo são os ritos de separação, que tem a função de emancipar o menino com relação a sua mãe e garantir a progressiva masculinização.

As relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente, em duas classes que Bourdieu define como *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à posição entre o masculino e o feminino.

Os homens (e as próprias mulheres) não podem senão ignorar que é a lógica da relação de dominação que impõe e inculca nas mulheres uma visão de mundo na qual seu lugar – concreto e simbólico – está carregado de imperativos morais que o qualifica positiva e negativamente.

A dominação masculina encontra, assim, todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*. Moldados por tais condições, eles funcionam como



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Eles são liberados em grande medida da necessidade do recurso da força, já que a eficácia simbólica é muito mais eficiente, como expresso no trecho, *Como o desejo, a linguagem rompe, recusa-se a ser encerrada em fronteiras. Ela mesma fala contra nossa vontade em palavras e pensamentos que se intrometem, até mesmo violam os mais secretos espaços da mente e do corpo*” (HOOKS, 2008, p. 857).

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus. Na definição de Bourdieu, *habitus* é tudo que compõe o produto de um trabalho social de dominação e de inculcação, ao término da qual uma identidade social, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um habitus, ou lei social incorporada. (BOURDIEU, ...,p.54)

Contudo, para sua perpetuação ou transformação, a dominação depende de se manter ou transformar as estruturas de que tais disposições são resultantes – nesse caso particular, da estrutura de um mercado de bens simbólicos, cuja lei fundamental é que nela as mulheres são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima. Se as mulheres, submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las e negá-las, aprendem as virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio, os homens, por sua vez, também são prisioneiros e, sem se aperceber, tornam-se vítimas das representações dominantes.

### **Da luta contra hegemônica à construção de outras hegemonias**

Com a crescente aceitação do efeito combinado entre gênero, raça e classe, reconhecem-se múltiplas masculinidades: negro e branco, classe trabalhadora e classe média. O mito acima revela o espaço de tensão que é a masculinidade.

Reconhecer mais de um tipo de masculinidade é só um primeiro passo. Temos que examinar as relações entre elas, mas também separar o contexto de classe e da raça para investigar as relações de gênero que operam dentro delas. Em Connell *hay hombres gays negros y obreros de fábrica afeminados, así como violadores de clase media y travestis burguese* (1995,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

p. 11). Destaca ainda que: *La masculinidad hegemônica no es un tipo de carácter fijo, el mismo siempre y en todas parte. Es, más bien, la masculinidad que ocupa la posición hegemônica en un modelo dado de relaciones de gênero, una posición siempre disputable* (id.,Ibid).

Os processos históricos apresentam a exaltação de uma forma de masculinidade em detrimento de outras, em tempos diversos. A “masculinidade hegemônica”, formulação cunhada por Connell, pode ser definida como a configuração de prática genérica que encarna a resposta correntemente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, e que garante a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres.

Connell enfatiza que a masculinidade hegemônica encarna uma estratégia correntemente aceita. Quando mudarem as condições de resistência do patriarcado, estarão corroídas as bases para o domínio de uma masculinidade particular. Grupos novos podem questionar as velhas soluções e construir uma nova hegemonia. Então hegemonia é uma relação historicamente móvel. Seu fluxo e refluxo constituem elementos importantes do quadro sobre o conceito de masculinidade proposto neste trabalho. A hegemonia se refere à dominação cultural na sociedade como um todo. Dentro desse contexto, há uma relação de gênero específica de dominação e subordinação entre grupos de homens.

A hegemonia, a subordinação e a cumplicidade são relações internas à ordem de gênero. A inter-relação do gênero com outras estruturas, tais como a classe e a raça, cria relações mais amplas entre as masculinidades.

O debate sobre a masculinidade negra no Brasil aparece muito mais como política pública do que na esfera da reflexão teórica. A ausência do homem negro na historiografia revela não a ausência de importância que esse teve a estruturação da sociedade brasileira, já que na condição de força de trabalho ou de reprodutor dessa força humana, foi elemento central do sistema escravista. A consolidação da imagem estereotipada e fixa: o homem negro é representado com um corpo negro, o seu próprio corpo, que emergiu simbolicamente, na História, como o corpo para ou outro, o branco dominante. O seu é um corpo para o trabalho e corpo sexuado, de músculos e força física. Sua sexualidade é genitalizada. Seu pênis é um símbolo falocêntrico do “plus” ou “algo a mais”, da sensualidade que o negro representa e que significa sua recondução ao reino dos fetiches, animados pelo olhar branco.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Esses dois tipos de relação (hegemonia, dominação/subordinação e cumplicidade por um lado, e marginalização/autorização, por outro), integram um marco no qual podemos analisar masculinidades específicas. São configurações de práticas gerais em situações particulares, numa estrutura de relações e mudança.

Reconhecer a masculinidade e a feminilidade como elementos históricos é colocá-las firmemente no mundo da ação social, o que sugere uma série de questões sobre sua historicidade.

As pesquisas recentes sobre homens e masculinidades vêm, de certo modo, seguindo os mesmos passos teóricos e metodológicos percorridos pelos estudos de gênero de enfoque feminista, em que a definição normativa de masculinidade é vista como dominante, mas não como a única versão. O desafio à concepção de masculinidade hegemônica surgiu de homens cujas masculinidades são vistas como desviantes: negros, homossexuais e de outras etnias.

Bernardo (1998), num trabalho que resgata a memória de mulheres e homens, negros e brancos velhos em São Paulo, focaliza as narrativas dos homens negros e afirma que estes, alijados da vida econômica e social da cidade, tiveram sua trajetória de vida influenciando diretamente na constituição das famílias negras.

Nesse sentido, as práticas sociais de gênero que reproduzem o poder do homem sobre a mulher, assim como o poder de alguns homens sobre outros homens (por exemplo, a dominância das masculinidades distintas), que reforçam a construção social do gênero baseada na hierarquia de poder, só poderá ser autenticadas e reconhecidas quando submersa em uma dada realidade.

Nesse sentido, elementos como reconhecimento e autoridade, desempenho profissional e proventos financeiros, sexualidade e conquista, família e paternidade constituem elementos indissociáveis do(s) modelo(s) dominante(s) de masculinidade, mas que podem se revelar de formas diferentes, em que os contextos culturais e locais estabelecem o cenário de realização.

As masculinidades dos homens brancos se constroem não somente em relação às mulheres brancas, mas também em relação aos homens negros.

## **Considerações Finais**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Este trabalho se propôs a recuperar um tema pouco explorado pelas análises de gênero, no Brasil: o feminino e o masculino nas famílias negras, tema que, por vários motivos, não foi incluído nem na agenda do pensamento negro nem no campo das relações de gênero.

Das limitações apontadas, um campo de estudos foi reaberto com as citadas análises, e se pretende um estudo das memórias no que tange aos papéis feminino e masculinos na família negra. Além de explicitar a dinâmica de construção da família e sua articulação com as diferenças de gênero, essas análises evidenciam a tendência à matrifocalidade encontrada na família negra.

Um aspecto relevante que compõe este trabalho é a análise sobre o campo dos estudos femininos. Aqui o feminino é compreendido na sua diversidade, dando especial atenção a construção do feminino negro, que assumiu e assume papel de protagonistas em suas famílias no universo da população negra. Os caminhos percorridos ao encontro dessas mulheres nos deixa a convicção de que essa história precisa ser contada nas suas várias dimensões, pois elas expressa em grande parte, a história de seu grupo de pertença, mas também contribui para novas perspectivas para as análises das relações de gênero. Assim, a condição feminina, traduzida através da história das mulheres como é relativizada pela contingência de ser da mulher negra na diáspora.

A masculinidade, tema com pouca tradição no debate de gênero, ganha expressão neste trabalho, no que concerne ao entendimento de que há um deslocamento na percepção de poder, ao menos nos moldes que tradicionalmente tem sido tratado no campo teórico, revelando como essas outras masculinidades se recompõe e são reconstruídas disputando espaço na masculinidade hegemônica ou construindo outras hegemonias. Assim como nas narrativas femininas, as masculinas desnudam não somente seu próprio universo como desnudam-se mutuamente, ou seja, quando a mulher negra fala de si, revela o masculino negro e vice-versa.

Nas palavras de Halbwachs:

Entre as lembranças que evocamos à vontade e aquelas que nos fogem, encontraríamos na realidade todos os graus. As condições necessárias para que umas e outras reapareçam não diferem a não ser pelo grau de complexidade. As primeiras estão sempre ao nosso alcance, porque se conservam em grupos nos quais somos livres para penetrar quando quisermos, nos pensamentos coletivos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

com que permanecemos sempre em relações estreitas; tanto que todos os seus elementos, todas as ligações entre esses elementos e as passagens nos são menos e mais raramente acessíveis, porque os grupos as trariam a nós estão mais distantes; não estamos em contato com eles senão de modo intermitente (p. 49).

É nesse jogo narrativo que esses personagens inscrevem-se numa história em construção, e aqui encontra-se ensaios dessas conexões.

### **Referências bibliográficas:**

- ABOIM, Sofia. *Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo. Anál. Social*, abr. 2008, no.187, p.273-295. ISSN 0003-2573.
- ALMEIDA, M. V. (2004). *Outros destinos Ensaios de Antropologia e Cidadania*. Lisboa: Campo das Letras.
- BADINTER, E. (2005) *Rumo equivocado*, Rio de Janeiro; Civilização Brasileira.
- BERNARDO, T. (1998). *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo. EDUC: UNESP.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Negras, mulheres e mães. Lembranças de Olga de Alaketu*, São Paulo/ Rio de Janeiro: Educ/ Pallas.
- CARNEIRO, S.; SANTOS, T. (1985) *Mulher negra*. São Paulo. Nobel/ Conselho Estadual da Condição Feminina.
- HALL, S. (2006) *Modernidade Tardia ou Pós Modernidade*. Rio de Janeiro. DP&A.
- HILLMAN, J. (1984). *O mito da análise Três ensaios de psicologia arquetípica*. Rio de Janeiro. Paz e Terra
- HOOKS, B. (2008) *Linguagens: ensinar novas paisagens novas linguagens*. Estudos Feministas. Florianópolis, n. 16(3), pp. 857-864.
- MORGAN, K. L. (2002) *Filhos de Estranhos. As histórias de uma família negra*. São Paulo. Terceira Margem.
- OLIVEIRA, P. P. (2004). *A construção Social da Masculinidade*. Ed. UFMG, IUPERJ.
- PAPALI, M. A. (2003). *Escravos, libertos e órfão: a construção da liberdade em Taubaté (1871 – 1895)*. São Paulo: Annablume/FAPESP.
- PERROT, M. (1992). *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PIERUCCI, A. F. (1990) *Ciladas da diferença*. Tempo Social. São Paulo, nº 2.
- QUEIROZ, M. I. (1953) *História de vida e depoimentos pessoais*. In: Sociologia, vol. XV, nº 1, São Paulo.
- REIS, I. C. F. (2007). *Famílias Negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850 – 1888*. Tese de Doutorado. Unicamp.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

- \_\_\_\_\_ (2000). *“Uma negra que fugio e consta que já tem dous filhos”*: fuga e família entre escravos na Bahia oitocentista. Bahia. Afro-A’sia, nº 23.
- RODRIGUES, N. (1988). *Os africanos no Brasil*. (7ª ed.). Brasília, Ed. da Unb.
- SADER, Eder. (1995). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SAFFIOTI, H. I. B.; FERRANTE, Vera L. S. B. (1985) *Formas de participação, as mulheres em movimentos sociais*, In: Política e Administração, Rio de Janeiro, Revista publicada pela FESP nº 2.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1987) *O poder do macho*, São Paulo, Ed. Moderna.
- \_\_\_\_\_ (1990) *Rearticulando gênero e classe social*, In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas.
- \_\_\_\_\_ (1994) *Mulher brasileira é assim*, Rio de Janeiro, Tempos NIPAS/UNICEF.
- \_\_\_\_\_ (1995) *Violência de Gênero, Poder e Impotência*, Rio de Janeiro, Revinter, GECEM/NIPAS.
- SAFFIOTI, H. I. B.; CANÇADO, M. E. R.; ALMEIDA, S. S. (1992) *A rotinização da violência contra a mulher: o lugar da práxis na construção da subjetividade*, São Paulo, (Comunicação apresentada no Congresso Internacional América 92: Raízes e Trajetórias) mimeografado.
- SCHWARCZ, L. M.; QUEIROZ, R. S. (1996) *Raça e Diversidade*, São Paulo, Edusp.
- SCOTT, J. (1992) *História das mulheres*. In: BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.
- WILSHIRE, D. (1995) Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rosa dos Tempos.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS;